

Michel Richard Costa de Quadros
Universidade Federal do Pampa
michelrichardcosta_@hotmail.com

Vanessa Piovesan Rossato
Universidade Federal de Santa Maria
vanessapiovesan@yahoo.com.br

Nelson Guilherme Machado Pinto
Universidade Federal de Santa Maria
nelguimachado@hotmail.com

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA NA PERSPECTIVA MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

RESUMO

O objetivo desse trabalho consistiu em analisar a evolução do programa Bolsa Família no município de Palmeira das Missões/RS comparativamente ao estado do Rio Grande do Sul e Brasil, no período compreendido entre 2004 e 2016. Para tanto, utilizou-se de dados secundários coletados através do Data Social. A análise dos resultados ocorreu por meio do software SPSS em que se realizou a estatística descritiva e o teste de Kruskal-Wallis. Referente aos investimentos no Bolsa Família, os mesmos estão em evolução no contexto nacional, porém, em relação ao contexto do estado e município analisados, houve queda nesse nível de investimento nos últimos dois anos analisados. O número de famílias beneficiadas teve uma queda nos últimos dois anos de análise do nível brasileiro e uma oscilação de aumentas e quedas no contexto do Rio Grande do Sul e de Palmeira das Missões. Com relação a análise estatística, o benefício médio, não apresentou diferenças significativas entre as unidades analisadas, podendo-se afirmar que possui o mesmo resultado entre as categorias analisadas.

Palavras-chave: Bolsa Família. Programas Socioassistenciais. Famílias Beneficiadas. Investimentos. Análise comparativa .

FAMILY BOLSA PROGRAM: A COMPARATIVE ANALYSIS IN THE MUNICIPAL, STATE AND FEDERAL PERSPECTIVE

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the evolution of the Bolsa Família program in the municipality of Palmeira das Missões / RS, compared to the state of Rio Grande do Sul and Brasil, between 2004 and 2016. For this purpose, collected through the Data Social. The analysis of the results was carried out using the SPSS software in which the descriptive statistics and the Kruskal-Wallis test were performed. Regarding the investments in Bolsa Família, the same ones are evolving in the national context, however, in relation to the context of the state and municipality analyzed, there was a drop in this level of investment in the last two years analyzed. The number of families benefited had a drop in the last two years of analysis of the Brazilian level and an increase and fall in the context of Rio Grande do Sul and Palmeira das Missões. Regarding statistical analysis, the mean benefit did not show significant differences between the analyzed units, and it can be affirmed that it has the same result among the categories analyzed.

Keywords: Bolsa Família. Social Assistance programs. Benefited

1. INTRODUÇÃO

A partir da Revolução industrial em meados do século XVIII, mudanças sociais começaram a emergir com o fortalecimento do capitalismo, tais transformações condizem, por exemplo, com a urbanização, criação de empresas com empregos salarizados. Entretanto, esse processo se deu de forma desordenada, fazendo com que muitas pessoas não conseguissem se beneficiar das oportunidades existentes. Dessa forma, aglomerações começaram a surgir nas periferias das cidades, numa situação de pobreza que perdura até os dias atuais.

Como forma de minimizar os impactos negativos, o governo brasileiro, começou a desenvolver programas cujo objetivo é diminuir a diferença monetária entre as pessoas, fornecendo dinheiro para os indivíduos mais pobres. Essa questão começa a ganhar mais força com o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, demonstrando mais atenção com as famílias mais carentes. Assim, cria-se o Programa Bolsa Família (PBF), promovido a partir da adequação de outros programas já existentes em governos anteriores como, por exemplo, Auxílio gás, Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PINTO; CORONEL; BENDER FILHO, 2013).

Nesse sentido, o PBF é um programa social que visa diminuir as desigualdades sociais, atenuando a pobreza existente das famílias com baixa renda. Ademais o PBF é uma política pública que visa complementar as necessidades básicas das pessoas promovendo a transferência de renda direta para as famílias por meio de contra partidas que causam efeitos positivos.

Essas contrapartidas servem para garantir que o dinheiro repassado esteja sendo usado de forma coerente com o objetivo proposto pelo programa que é de auxiliar financeiramente as famílias mais carentes.

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução do programa Bolsa Família no município de Palmeira das Missões/RS comparativamente ao estado do Rio Grande do Sul e ao Brasil, no período compreendido entre 2004 e 2016. Destaca-se que a escolha de um município para se comparar a um estado e ao país ocorre devido à escassez de estudos comparativos nesse aspecto para o programa visto que grande parte das pesquisas trata sobre o desenvolvimento do programa concomitantemente com os benefícios recebidos como os trabalhos de Suzart e Ferreira (2018) que analisam o impacto dos valores disponibilizados para as famílias. Assim sendo, poucos tratam sobre os valores que o governo disponibiliza. Diante dessas demonstrações de valores, torna-se vital a importância do programa e quanto ele representa para as famílias beneficiadas, visto que em muitos casos o benefício recebido pelo PBF é a única fonte de renda familiar (RIBEIRO; SHIKIDA; HILLBRECHT, 2017).

No intuito de alcançar o objetivo proposto, este artigo está organizado em cinco tópicos. Além desta introdução, encontram-se o referencial teórico, a temática do programa bolsa família. Após isso, desenvolve-se o método tratando-se dos procedimentos adotados para concretização da pesquisa. Em seguida, a discussão de resultados e as considerações finais

relatando as limitações e sugestões de trabalhos futuros.

2. BOLSA FAMÍLIA

Diante da conjuntura econômica fundamentada no capitalismo, muitas aglomerações surgiram advindas da pobreza. Essa conjuntura exige que as autoridades tomem alguma atitude capaz de atenuar esses empecilhos relativo as pessoas que estão fora do mercado de trabalho. Desse modo, a partir de 1996 alguns programas sociais começaram a se difundir, a fim de minimizar as dificuldades financeiras das famílias mais carentes (MONTEIRO; RIBEIRO, 2017).

Assim, após o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é que iniciaram de forma mais enfática as atenções para os problemas sociais, primordialmente nas famílias com renda baixa e altos níveis de pobreza. Destaca-se que com o surgimento do Programa Bolsa Família, este veio confirmar a ideia do governo de amenizar os problemas sociais presentes nos estados brasileiros (PINTO; CORONEL; BENDER FILHO, 2015).

O Bolsa Família é um programa socioassistencialista construído através da união de outros programas que tiveram origem no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, como Cartão-Alimentação, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e o Auxílio-Gás. Desse modo, é considerado como uma das mais importantes ferramentas de transição de renda do Brasil. A avaliação do número de famílias pobres e muito pobres (indigentes) é feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contendo as informações pertinentes às famílias,

em cada município, compondo o Cadastro Único para Programas Sociais, monitorado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (MARQUES, 2013).

Ademais, o Programa Bolsa Família é um auxílio que transfere dinheiro para as famílias mais pobres, cujo objetivo primordial condiz com o combate a pobreza no Brasil, tratando essa escassez financeira como insuficiência monetária, visto que o intuito do programa é amenizar as sérias dificuldades encontradas no seio familiar, proporcionando assim um alívio a curto prazo.

O PBF possui três pilares, o primeiro condiz com a transferência de dinheiro para famílias que encontram dificuldades financeiras, com o propósito de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. O segundo pilar fundamenta-se em programas de qualificação profissional e o terceiro as condicionalidades (MORAES; PITTHAN; MACHADO, 2018).

Relativo as contingências do programa, os mesmos dizem respeito aos acordos tratados com as famílias beneficiadas. Assim, no quesito educação exige-se o compromisso dos pais referente a frequência dos filhos na escola que varia de 85% para os alunos que estão na faixa de 6 a 15 anos e de 75% para os adolescentes de 15 a 16 anos. Quanto a saúde verifica-se o acompanhamento do desenvolvimento das crianças até 7 anos (FURTADO et al., 2017). Se as contrapartidas não forem realizadas ocorrerá o cancelamento do benefício (CAVALCANTI; COSTA; SILVA, 2013)

O principal objetivo do programa bolsa família é garantir que pessoas com baixa renda tenham acesso a fatores básicos de todo cidadão, como saúde, educação e alimentação. Revela-se

que apesar de não ser homogêneo a melhoria na distribuição de renda no país, nota-se alguns efeitos positivos especialmente na redução do índice de GINI (cálculo para medir a desigualdade social), visto que as conclusões de trabalhos realizados nessa área demonstram participação considerável na diminuição da desigualdade (GRINGS; LEISMANN, 2016).

3. METODOLOGIA

O método utilizado para a elaboração do estudo foi a pesquisa descritiva, cujo objetivo principal é a descrição e detalhamento das características verificadas em determinada população (MATTAR, 1996). A pesquisa também apresenta um caráter quantitativo, em função de análises numéricas e estatísticas realizadas.

Por meio dos dados coletados, foi possível descrever análises estatísticas como porcentagem, variação, média, mediana e desvio padrão. Ademais, outras análises mais apuradas foram realizadas, como as diferenças de mediana entre o nível de investimento do programa Bolsa Família apresentado no município de Palmeira das Missões e o mesmo nível de investimento despendido para o estado do Rio Grande do Sul e no que tange à União.

O período de análise utilizado foi de 2004 a 2016, visando comparar os investimentos no BF desde o início do programa até os dias atuais nas esferas municipais, estadual e nacional. Salienta-se que a pesquisa não abrangeu o exercício de 2017 visto que as análises foram anuais e os dados não estavam disponíveis em sua totalidade. Os dados utilizados foram secundários, retirados em pesquisa feita ao Data

Social, portal que disponibiliza dados e indicadores das políticas públicas de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além de dispor de informações atualizadas do contexto social. Com a coleta de dados, torna-se possível investigar a variação de investimentos, o número de famílias cadastradas no programa e o benefício médio recebido, entre os anos analisados no estudo nas três unidades: Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul e União.

Para análise dos dados, utilizou-se estatística descritiva e teste de hipótese, aplicados pelo software SPSS. A priori, os testes descritivos objetivaram verificar a frequência, média e desvio-padrão das variações. Os três objetos de análise, isto é, Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul e Brasil, podem apresentar diferenças de resultados no que tange às variáveis estudadas que são: investimento do programa, número de famílias beneficiárias e benefício médio recebido por família. Para saber se os tipos de testes a serem utilizados, foi realizado o teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov.

Ao se constatar a não normalidade dos dados, foi realizado o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, que segundo Bisquerra, Sarriera e Martinez (2004), permite verificar a existência de discrepância de mediana entre os grupos.

O teste de Kruskal-Wallis trabalha testando a hipótese nula pela qual as amostras analisadas são de uma mesma população, ou de populações que possuem a mesma mediana (SIEGEL; CASTELLAN JR, 2006). Destarte, se o teste apresentar resultado significativo ($\text{sig} < 0,05$), é sinal de que há diferença de mediana,

ou seja, os grupos apresentam comportamentos distintos durante a série estudada e analisada.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva

Entre os anos de 2004 e 2016, percebe-se que o total despendido para investimentos no Brasil foi de aproximadamente R\$ 105 bilhões em 2004 para quase R\$370 bilhões em 2016, um crescimento de 349,10% no total. Além disso, vale salientar que em todos os períodos analisados houve aumento no total destinado, sendo que a maior taxa de aumento percentual em relação ao ano anterior foi registrada no período de 2008, quando o total foi de R\$ 203 bilhões, aumento de 23,47% em relação ao período de 2007, quando o total atingiu R\$ 165 bilhões. Na linha inversa, o menor crescimento foi percebido no período de 2013, quando o total destinado foi de R\$ 300 bilhões, crescimento de 0,34% em relação à 2012, quando bateu na casa dos R\$ 299 bilhões.

Dentre esse total investido, um determinado montante é destinado ao Programa Bolsa Família. Na análise do presente artigo, percebe-se que o percentual de recursos destinados ao PBF variou dentro o período estudado, sendo que em termos proporcionais o ano de 2013 foi o ano no qual esse percentual foi maior, quando aproximadamente 8,27% do total despendido com transferências foi ao PBF, um total de R\$ 24 bilhões, em um universo total de R\$ 300 bilhões de reais. Destarte, o período de menor participação do PBF no total foi registrado em 2004, no qual apenas 5,23% foi destinado ao Bolsa Família, situação essa que pode ser

explicada pelo fato de ser um dos primeiros anos do programa, que com o tempo foi se estabilizando e se tornando em um investimento frequente à gestão dos recursos federais.

Além disso, foi possível perceber que em todos os períodos houve aumento no total investido no PBF, sendo que o período de 2005 apresentou o maior aumento percentual em relação ao período anterior; 24,23%; visto que saltou dos R\$ 5.533.257.937,91 do ano de 2004 para R\$ 6.873.978.415,00 em 2005. Já o período de 2015 apresentou o menor aumento, aproximadamente 1,69%; quando passou dos R\$ 27.189.725.615,00 de 2014 para R\$ 27.650.301.339,00 em 2015. De forma geral, percebe-se que no Brasil há uma linha ascendente no total destinado ao PBF, embora haja variação nos percentuais de crescimento.

No que tange à esse total no Rio Grande do Sul, percebe-se que o estado recebeu um total de aproximadamente R\$ 211 milhões no período de 2004, correspondente à 3,83% do percentual total destinado ao programa no Brasil. Esse percentual de participação apresentou um aumento em 2005, quando o total chegou à R\$ 279 milhões; 4,07% do total. Porém, o mesmo apresentou queda nos períodos de 2006 a 2008, quando chegou a 3,37%; sendo que em 2009 voltou a ser ascendente e atingir 3,43%. Entretanto, nos períodos de 2010 a 2016 houve quedas, sendo que no último período o percentual foi de 2,62% (1,21% a menos se comparado ao primeiro ano, de 2004).

Em valores monetários, o total despendido para o PBF no Rio Grande do Sul foi de R\$ 211 milhões em 2004, e manteve uma linha ascendente até o período de 2014, quando atingiu R\$ 793 milhões. Contudo, nos dois

últimos períodos houveram quedas, e o ano e 2016 registrou um total de R\$ 747 milhões. Em termos de crescimento percentual em relação ao período anterior, o maior foi 2005, quando o percentual de crescimento de 32,18% em relação ao período de 2004; saltando dos R\$ 211 milhões para R\$ 279 milhões. Já a queda mais acentuada foi registrada em 2016, quando de R\$ 774 milhões em 2015 houve a queda para R\$ 747 milhões, recessão de 3,55%.

O município de Palmeira das Missões, por sua vez apresentou um montante de R\$ 1.361.737,00 em 2004; 0,64% do total investido no programa no RS. No ano seguinte, o percentual de participação manteve-se o mesmo, apresentando uma queda para o período de 2006, quando o mesmo foi de 0,61%. Essa variação seguiu-se durante os períodos analisados, e apresentou quedas consecutivas entre os períodos de 2011 a 2016, quando de 0,64% chegou a 0,38%.

Analisando sob a ótica dos valores financeiros, percebe-se que nos períodos de 2004 a 2013 houveram aumentos nos totais despendidos, sendo que a partir de 2014 até 2016 ocorreram quedas nos valores investidos em Palmeira das Missões no PBF, seguindo a tendência do estado do Rio Grande do Sul. O maior aumento registrado foi no período referente à 2005, quando houve aumento de 31,66% em relação ao exercício de 2004; saltando de R\$ 1.361.737,00 para R\$ 1.792.919,00. Já a maior queda foi no período de 2015, de aproximadamente 11,80%, quando o investimento total foi de R\$ 3.571.372,00 em 2004 para R\$ 3.149.859,00. Ademais, salienta-se que o maior valor investido no município foi no exercício de 2013, quando atingiu R\$

4.004.804,00 e o menor foi justamente o primeiro período, R\$ 1.361.737,00 em 2004.

Em relação ao benefício médio mensal recebido pelas famílias, percebe-se que no Brasil o valor inicial foi de R\$ 66,93 em 2004, sendo que apresentou quedas nos dois períodos seguintes, chegando a R\$ 62,62. Porém de 2007 a 2014, o cenário apresentado foi de aumentos no valor, que atingiu R\$ 169,02 em 2014. No exercício de 2015 houve queda e o valor médio foi de R\$ 155,22 reais, sendo que no último exercício analisado voltou a apresentar tendência ascendente, e chegou ao valor de R\$ 181,15 reais. Em termos percentuais de variação, no cenário nacional o maior aumento foi percebido no período de 2011, quando atingiu o valor médio de R\$ 119,99, crescimento de 23,75% se comparado aos R\$ 96,96 reais apresentados em 2010. Já a maior queda foi percebida em 2015, quando houve queda de 8,16% no valor médio recebido.

No estado do Rio Grande do Sul, o benefício médio recebido pelas famílias beneficiárias do PBF foi de R\$ 61,37 reais em 2004; e apresentou queda de 5,12% no ano seguinte, chegando no valor médio de R\$ 58,23 reais. Entre os exercícios de 2006 e 2014, houveram aumentos que levaram o benefício médio a atingir o valor de R\$ 156,32 reais. Em 2015 houve redução no valor, que foi de R\$ 144,81 reais; sendo que no último exercício analisado o valor médio apresentado foi de R\$ 163,80 reais, o maior valor médio da série. Analisando em termos percentuais, o maior aumento foi percebido em 2011, assim como ocorreu com a nível federal. Nesse exercício houve aumento de 25,60% se comparado à 2010; de R\$ 92,08 nesse exercício para R\$ 115,65 em

2011. Destarte, a maior queda foi registrada em 2015, semelhante ao cenário visto em nível federal. A queda de 7,36% levou a média mensal de R\$ 156,32 de 2014 para R\$ 144,81 no exercício de 2015.

No município de Palmeira das Missões, em 2004 a média mensal foi de R\$ 68,34 reais em 2004, e assim como a nível federal e estadual, apresentou queda para o período seguinte, no qual o valor chegou aos R\$ 58,22 reais. De 2006 a 2012 foi observado um cenário ascendente, no qual se chegou ao valor de R\$ 130,71 reais em 2012. Em 2013 o valor médio apresentou retração e fixou-se em 121,25 reais; porém nos períodos de 2014 a 2016 houveram aumentos, que culminaram no valor médio de R\$ 140,92 reais no último ano do corte temporal. Analisando em termos percentuais, percebe-se que o maior aumento foi percebido no exercício de 2011, quando houve aumento de 25,31% no valor médio em relação à 2010; de R\$ 93,39 nesse período para R\$ 117,03 reais em 2011. A queda mais acentuada, porém, foi percebida no período de 2005, quando houve retração de 14,81% no valor médio, se comparado ao período anterior.

Percebe-se que de 2004 a 2007 houveram aumentos sucessivos a nível federal, quando saltou de 6.571.839 famílias em 2004 para

4.2. Análise Estatística

O teste de Kruskal- Wallis apresentou significância superior a 0,05 apenas na relação em que a distribuição do benefício médio é o mesmo entre as categorias de cada Unidade Territorial. Esse parecer indica que não existem diferenças estatísticas entre as classes analisadas (investimentos, benefício médio, famílias beneficiadas). Assim, os indícios comprovam

11.043.076 em 2007. Em 2008 houve uma retração e o número fixou-se em 10.557.996 famílias, sendo que de 2009 possuíram aumentos sucessivos. Por fim, a queda em 2014 foi sucedida de aumento no período posterior, para voltar ao cenário de queda em 2016, quando os dados indicam que o número de famílias atendidas era de 13.569.576. Em termos percentuais, o maior aumento é percebido no período de 2005, quando houve acréscimo de 32% em relação ao ano anterior. Já a maior queda a nível federal foi em 2014; aproximadamente 4% em relação a 2013.

A nível estadual, percebe-se que até 2006 houveram aumentos o número de famílias, sendo que em 2007 houve queda de 6%, e o número de famílias chegou a 410.540. No exercício seguinte, percebeu-se nova retração, para no ano de 2009 ocorrer aumento. Nos anos de 2010 e 2011, houveram quedas, e o número de famílias fixou-se em 450.778. Houve um pequeno aumento para o período seguinte, porém nos anos de 2013 a 2016 novas quedas apresentaram-se, e o número de famílias chegou à 379.234. No que tange à percentuais, percebe-se que o maior acréscimo ocorreu no ano de 2005, de 37%, e a maior queda ocorreu no último período analisado, quando foi de -11% em 2016.

que referente à concessão de benefícios médios, o mesmo se dá de forma proporcional nas três unidades territoriais, ou seja, tanto em nível municipal, quanto estadual e nacional o oferecimento do auxílio médio do PBF ocorre de forma equivalente.

Denota-se que esse resultado simétrico entre as unidades territoriais é benéfico, uma vez

que o auxílio proporciona um acréscimo da renda substancial de forma igualitária nos objetos avaliados. Sabe-se que a conjuntura nacional é marcada por heterogeneidade no território, portanto, assegurar que as famílias beneficiadas tenham promoção dos auxílios de forma regular é um ponto positivo a ser levado em consideração pelo caráter do programa (VIEIRA et al., 2016).

Ademais, o teste de Kruskal-Wallis apresentou significância inferior a 0,05 em duas hipóteses. A primeira delas condiz com a distribuição de investimentos entre as Unidades Territoriais. Os dados elucidam que existem diferenças de investimentos nos contextos de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul e Brasil. Esse resultado pode ser parcialmente justificado pela necessidade primordial de outras regiões do país de receberem o investimento, como, por exemplo, o Nordeste brasileiro, em que pelo contexto de dificuldades os índices são mais elevados de pobreza e conseqüentemente precisam de maiores investimentos (BARROS; ATHIAS, 2013).

Congruente com esse resultado, a segunda hipótese também apresentou valor abaixo que 0,05 ocasionando disparidades quanto à razão de famílias beneficiadas nos três elementos pesquisados. Infere-se que esse resultado é construtivo em grau municipal, uma vez que se em Palmeira das Missões o número de famílias beneficiadas é diferente, vestígios desses dados permitem considerar, que os grupos familiares desta cidade não necessitam do auxílio do mesmo modo dos outros dois objetos de

Condizente a primeira variável de estudo investimento, nota-se que a cidade de Palmeira das Missões é a Unidade Territorial que recebe menor valor quando comparada proporcionalmente com as demais unidades de estudo.

Referente ao benefício médio observa-se que as diferenças de mediana são sucintas. Nesse sentido, foi possível diagnosticar pelo teste de Kruskal-Wallis que a distribuição do benefício médio ocorre de forma equivalente nas três unidades de estudo.

Por último, sobre as famílias beneficiadas, identifica-se que a cidade palmeirense é a que menos possui famílias que recebem o benefício quando comparadas proporcionalmente com as demais unidades territoriais. Ratifica-se que esse dado é um ponto construtivo, à medida que conforme Cavalcanti, Costa e Silva (2013), quanto menos famílias necessitam do benefício, é sinal que o PBF está alcançando seus objetivos de retração e alívio das dificuldades financeiras.

Por conseguinte, referente ao comportamento das variáveis, apenas o benefício médio ocorre de forma proporcional nos três elementos de estudo. Atenta-se que para as outras duas variáveis pesquisadas as Unidades Territoriais seguem o mesmo padrão de colocação, sendo Palmeira das Missões a que menos possui investimentos e famílias beneficiadas. Em segundo lugar o estado do Rio Grande do Sul e em terceiro o Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família veio a combater uma das principais mazelas que é a

desigualdade social. Dentro do contexto brasileiro esse programa veio a tornar-se uma

peça importante dentro do cenário político e socioeconômico, além de ao longo dos anos ir aumentando sua amplitude e relevância dentro do contexto atual. A partir disso, o objetivo deste trabalho foi analisar a evolução do programa Bolsa Família no município de Palmeira das Missões/RS comparativamente ao estado do Rio Grande do Sul e ao Brasil, no período compreendido entre 2004 e 2016, assim, este estudo objetivou fazer uma análise comparativa entre três entes distintos da administração pública, isto é, município, estado e União.

É possível constatar que os investimentos no PBF estão em evolução no contexto nacional, porém, em relação ao contexto do estado e município analisados, houve queda nesse nível de investimento nos últimos dois anos analisados. Com relação ao número de famílias beneficiadas é possível notar uma queda nos últimos dois anos de análise do nível brasileiro e uma oscilação de aumentos e quedas no contexto do Rio Grande do Sul e de Palmeira das Missões. Referente ao benefício médio, apesar de pequenas oscilações nos primeiros e últimos anos de análise, é possível avaliar que houve aumento nas três unidades de análise durante a evolução desse item.

Com relação a análise estatística, o benefício médio não apresentou diferenças significativas entre as unidades analisadas, podendo-se afirmar que possui o mesmo resultado entre as categorias analisadas. Em relação as outras duas variáveis analisadas, ou seja, investimentos e número de famílias beneficiadas, houveram diferenças estatísticas, sendo que respectivamente Palmeira das Missões e o estado do Rio Grande do Sul possuem uma

menor proporção de investimentos e famílias beneficiadas do que o cenário nacional.

Como limitação desse trabalho destaca-se a falta de estudos que tratem da temática do Bolsa Família por meio de uma análise comparativa entre entes da administração pública bem como uma análise temporal da situação. Além disso, os resultados desse estudo ficam limitados ao período e aos objetivos de análise utilizados. Dessa forma, para estudos futuros sugere-se replicar essa análise com outros municípios e outros estados brasileiros a fim de verificar com mais profundidade outras realidades.

REFERÊNCIAS

- BARROS, V. R. F.; MELO, M. C. O. L. Empoderamento ou mudança de situação financeira? Um estudo com beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 21, n. 70, p. 264-281, 2016.
- BARROS, A. R.; ATHIAS, D. Salário Mínimo, Bolsa Família e desempenho relativo recente da economia do Nordeste. **Revista de Economia Política**, v. 33, n.1, p. 179-199, jan/mar, 2013.
- BISQUERRA, R.; SARRIERA, J. C.; MARTINEZ, F. (2004). **Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS**. Porto Alegre, 2012.
- BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 jan. 2004. Disponível em: . Acesso em: 03 Outubro. 2018.
- CAMARA, G. D. Formação técnica e empregabilidade em programas sociais: a experiência do programa bolsa família e do pronatec em uma cidade da fronteira brasil-uruguaí. **Revista Educação**. v. 34, p.1 -24, 2018.
- CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, JLM da. Programa Bolsa Família e o Nordeste:

impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 17, n. 1, p. 99-128, 2013.

FONSECA, J. S. da; MARTINS, G. de A. (2006). **Curso de Estatística** (6a ed.). São Paulo: Atlas, livro.

GRINGS, M.; LEISMANN, E. L. Teoria econômica do crime: uma abordagem a partir do Programa Bolsa Família no Estado do Rio Grande do Sul. **Gestão e Sociedade**, v. 10, n. 25, p. 1211-1227, 2016.

MARQUES, ROSA. Políticas de transferência de renda no Brasil e na Argentina. **Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política**, v. 33, n. 2, p. 298-314, 2013.

MORAES, V. D.; PITTHAN, R. G. V.; MACHADO, C. V. Programas de Transferência de Renda com Condiionalidades: Brasil e México em perspectiva comparada. **Revista Saúde Debate**. v. 42, n. 117, p. 364-381, 2018.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1996.

MONTEIRO, D. A. A.; RIBEIRO, E. M. Avaliação de Políticas Públicas como Indutora de Aprendizagem: Percepção de Gestores Estaduais do Programa Bolsa Família. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 16, n. Ed. Especial, p. 105-130, 2017.

PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A.; BENDER FILHO, R. Eficiência no Desenvolvimento Regional Resultante do Programa Bolsa Família: Aplicação da Análise Envoltória de Dados (DEA) nos Estados e Regiões Brasileiras de 2004 a 2010. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 31, p. 143-172, 2015.

RIBEIRO, F. G; SHIKIDA, C.; HILLBRECHT, R. O.. Bolsa Família: Um survey sobre os efeitos do programa de transferência de renda condicionada do Brasil. **Revista Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 47, n. 4, p. 805-862, 2017.

SIEGEL, S.; CASTELLAN JR., N. J. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento**. (2a ed.). Porto Alegre: Artmed, 2006.

SUZART, A. S; FERREIRA, A. P. Avaliação do Programa Bolsa Família (PBF) na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas, Vitória da Conquista, BA. **Interações (Campo Grande)**, v. 19, n. 3, p. 585-595, 2018.

VIEIRA, K. M.; POTRICH, A.C.G.; CAMPARA, J.P.; FRAGA, L.S.; SANTOS, L.F.O. Investimentos no programa bolsa família: análise comparativa entre Santa Maria, Rio Grande do Sul e Brasil (2004-2013). **Revista IDEAS**, v. 1, n. 1, p. 198-224, 2016.

Michel Richard Costa de Quadros

Mestrando PPGA Unipampa e Bacharel em Administração pela UFSM. Universidade Federal do Pampa.

Vanessa Piovesan Rossato

Acadêmica de Administração na UFSM e bolsista de iniciação científica. Universidade Federal de Santa Maria.

Nelson Guilherme Machado Pinto

Professor do Departamento de Administração UFSM e Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da UFSM. Universidade Federal de Santa Maria.
